**EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** -Credor de **título de crédito** nominado de **Letra de Câmbio**. Inadimplemento do devedor. Protesto e Arresto de bem da devedora. Distribuição por dependência.

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA .... ª VARA DESTA SEÇÃO JUDICIÁRIA

................................................., pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua .... nº ...., da Comarca de ...., por seu advogado, adiante assinado, com escritório profissional na Rua .... nº ...., onde recebe intimações, vem à presença de V. Exa. para propor a presente ação de

# EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

CONTRA ......................................, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua .... nº ...., na Comarca de ....o que faz pelos seguintes motivos:

A exeqüente é credora da executada da quantia de US$ .... (....), equivalente a R$ .... (....), representados pelas letras de Câmbio em anexo e não pagas.

Os títulos foram protestados e através de arresto judicial a credora tornou indisponível o valor de US$ .... (....), junto à empresa ....

Esgotados os meios para a cobrança amigável e não tendo sido satisfeito o crédito da exeqüente, bem como, pela não localização dos representantes legais da executada, impera-se a propositura da presente, com o arresto nos autos, doravante, da presente execução.

Pelo exposto, requer-se a V. Exa.

Autorizar a distribuição da presente por dependência a esta ....ª Vara Cível.

Considerando que os representantes legais da executada não foram localizados nos autos do protesto judicial, do protesto extrajudicial, bem como, o fato do crédito encontra-se no ...., requer-se a V. Exa. que determine o arresto do crédito de US$ .... (....) representados em créditos da executada junto à ...., tal como descrito no auto de arresto e depósito originário desta .... ª Vara Cível, para oportuna conversão em penhora.

Considerando que após o arresto nos autos nº ...., foi tentado pela credora e subscritor da presente o contrato com os representantes legais da executada, fato que demonstrou-se infrutífero, bem como, tal se verifica do instrumento de protesto, que no "endereço não foram encontrados os representantes legais da executada, o preposto que atendeu o agente não quis declinar seu nome e o endereço dos representantes, recusando-se ainda a opor o seu ciente no documento de protesto", está caracterizado, para a exeqüente, a hipótese do inciso II do art. 231 do CPC, ou seja, local ignorado, incerto e de difícil acesso para localizar os representantes legais da devedora, com finalidade de promover a citação, pelo que, requer-se a citação da devedora por edital, com o prazo de .... dias para conhecimento e .... horas para pagamento.

Promovido o arresto e convertido em penhora o crédito, bem como decorrido o prazo para opor embargos, requer-se o prosseguimento da execução com a avaliação dos bens penhorados e satisfação do crédito da autora.

Dá-se à causa R$ .....

Termos em que

Pede Deferimento

...., .... de .... de ....

..................

Advogado OAB/...